

Desenvolvimento econômico e ditadura: uma análise dos determinantes para qualificar a Ditadura Militar brasileira

Daniel Strauss¹ , Guilherme Nunes Pires² 

¹ Universidade Federal de Rondonópolis – Mato Grosso - Brasil

² Universidade Regional do Cariri – Crato – Ceará - Brasil

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar diferentes concepções teóricas do conceito de "desenvolvimento" – como a abordagem neoclássica, centrada no crescimento do produto, as perspectivas de Amartya Sen e Bresser-Pereira, que incorporam dimensões sociais, estruturais e institucionais, e a visão marxista de Francisco de Oliveira, que enfatiza a luta de classes – para interpretar o processo de desenvolvimento econômico durante a Ditadura Militar brasileira. Com base nessas abordagens, o propósito é responder à seguinte questão: houve desenvolvimento nesse período e quem ele beneficiou? Apesar das elevadas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB *per capita*, especialmente durante o chamado "Milagre Econômico", indicadores sociais, como estagnação salarial, aumento da desigualdade e aumento da concentração de renda sugerem que a classe trabalhadora não se apropriou amplamente dos resultados desse crescimento. Esses contrastes levantam o debate sobre a validade de considerar tal período um caso de desenvolvimento ou se representou apenas um crescimento concentrado, uma modernização excludente, em favor dos estratos sociais de maior renda.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico. Crescimento econômico. Classes sociais. Ditadura Militar.

Abstract

This article aims to analyze different theoretical conceptions of the notion of "development" — such as the neoclassical approach, centered on product growth; the perspectives of Amartya Sen and Bresser-Pereira, which incorporate social, structural, and institutional dimensions; and the Marxist view of Francisco de Oliveira, which emphasizes class struggle — in order to interpret the process of economic development during the Brazilian Military Dictatorship. Based on these approaches, the article seeks to answer the following question: was there, in fact, development during this period, and who benefited from it? Despite the high rates of Gross Domestic Product (GDP) and GDP per capita growth, especially during the so-called "Economic Miracle", indicators such as wage stagnation, high inflation, and rising public debt suggest that the gains from this growth were not broadly shared by the working class. These contrasts raise the debate about the validity of classifying this period as one of genuine development, or whether it merely represented concentrated growth, an exclusive modernization that benefited only the higher-income segments of society.

Keywords: Economic development. Economic growth. Social classes. Military Dictatorship.

Citação deste Artigo (ABNT)

STRAUSS, Daniel; PIRES, Guilherme N. Desenvolvimento econômico e ditadura: uma análise dos determinantes para qualificar a Ditadura Militar brasileira. **Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas**. v.22, n.1, 84-93, 2025.

Recebido em 10/04/2024.
Aprovado em 20/02/2025.

Autor para Correspondência

Daniel Strauss
Av. dos Estudantes, 5055 -
Cidade Universitária,
Rondonópolis - MT, 78736-900
daniel.strauss@outlook.com.br



Copyright: © 2025 Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas.
This article is an open access article distributed under the terms and conditions of the Creative Commons Attribution (CC BY) license.

INTRODUÇÃO

A propaganda de “milagre econômico brasileiro” é mantida viva na literatura econômica quando tratamos sobre os anos da Ditadura Cívico-Militar brasileira (1964-1985). Destacam-se, no período, o volumoso aumento do Produto Interno Bruto (PIB) e do PIB *per capita*, além da redução das taxas de inflação e aumento do superávit da balança comercial.

No começo da década de 1960, particularmente durante o governo João Goulart (1961-1964), havia grande instabilidade política e econômica no Brasil. A ascensão de movimentos sociais, nacionalmente, pressionava por pautas democrático-burguesas (como a reforma agrária) e obrigava o governo a realizar as chamadas reformas de base. Era necessário continuar as reformas para a consolidação do capitalismo no país.

Concomitante com esse processo, a manutenção da guerra fria internacionalmente obrigava os Estados Unidos a tomar posição mais firme nas Américas, em especial depois da Revolução Cubana de 1959. As condições que conceberam a Ditadura Militar revelam forte interesse de setores nacionais e internacionais que, com receio de que um movimento revolucionário pudesse tomar o poder político e econômico, atropelam a constituição nacional e originam um dos momentos mais violentos da história brasileira.

O debate sobre desenvolvimento econômico durante a Ditadura Militar brasileira revela importantes tensões teóricas que permitem qualificar a natureza do crescimento ocorrido no período. A perspectiva neoclássica, dominante na formulação das políticas econômicas do regime, trata o desenvolvimento essencialmente como crescimento do produto, priorizando a estabilidade macroeconômica e o aumento do PIB, sem considerar a distribuição de seus resultados. Em contraste, Amartya Sen amplia o conceito ao vinculá-lo à expansão das liberdades e capacidades humanas, revelando que crescimento econômico, isoladamente, não garante melhoria nas condições de vida. Bresser-Pereira expõe uma crítica estrutural ao crescimento excludente, aponta a ausência de um projeto nacional que componha avanço produtivo com inclusão social e fortalecimento institucional. Francisco de Oliveira, fundamentado em uma leitura marxista, aponta a contradição fundamental

do processo: um crescimento que ocorreu à custa da ampliação da exploração do trabalho e do aprofundamento das desigualdades, resultado de uma modernização excludente que serve apenas à acumulação de capital. A articulação dessas abordagens revela que o período, embora marcado por altas taxas de crescimento, não representou um desenvolvimento no sentido pleno, mas sim um processo de crescimento concentrado e socialmente excludente.

A relevância científica do debate sobre desenvolvimento econômico durante a Ditadura Militar brasileira apresenta uma reinterpretação crítica de um período historicamente marcado por altas taxas de crescimento do PIB, mas também por intensa concentração de renda, repressão política e aprofundamento das desigualdades sociais. A análise comparativa entre diferentes correntes teóricas permite compreender que o chamado "Milagre Econômico" não pode ser tratado como sinônimo de desenvolvimento. Assim, o estudo das diferentes concepções de desenvolvimento aponta os limites e implicações sociais de se pensar em crescimento sem distribuição e a quem serve esse tipo de crescimento.

A questão fundamental deste trabalho é entender em qual definição de desenvolvimento a Ditadura Militar se enquadra. Uma vez que houve crescimento do PIB e do PIB *per capita*, mas que não se reverteu, pelo menos em boa parte, para o aumento da renda ou da qualidade de vida da classe trabalhadora, em virtude do aumento da concentração de renda no período. A questão que se apresenta é: poderia se falar em desenvolvimento econômico nacional? Ou um desenvolvimento voltado apenas a alguns setores sociais?

O objetivo presente nas seções seguintes abre o debate sobre o desenvolvimento ou crescimento econômico durante o período da Ditadura Militar brasileira, elaborado da seguinte forma: A primeira seção trata do histórico do período, com foco nos planos econômicos e resultados, e compreende-se a conjuntura econômica e social como indissolúveis. A segunda parte aponta os dados para o crescimento econômico do período, relaciona o aumento do PIB com a concentração de renda. Por fim, a terceira seção encontra os debates para desenvolvimento econômico na visão neoclássica e os contrapõe com Amartya Sen, Bresser-Pereira e Francisco de Oliveira para entender o cenário brasileiro do perío-

do.

A metodologia adotada neste artigo é de natureza qualitativa e fundamenta-se em uma análise teórico-interpretativa. Realizou-se uma revisão crítica de diferentes correntes do pensamento econômico: notadamente a escola neoclássica, as abordagens de Amartya Sen e Bresser-Pereira, bem como a perspectiva marxista de Francisco de Oliveira. O objetivo foi confrontar essas concepções com os dados históricos e socioeconômicos do período da Ditadura Militar brasileira (1964–1985). A pesquisa realizou-se com dados de decretos governamentais, séries históricas de indicadores econômicos (PIB, coeficiente de Gini, salários reais), além da reconstrução dos debates que versam sobre o processo de crescimento e as desigualdades no período. A análise busca interpretar, à luz das teorias discutidas, se o crescimento ocorrido no regime militar pode ser caracterizado de desenvolvimento econômico no sentido amplo e inclusivo do termo.

DESENVOLVIMENTO? O HISTÓRICO DA DITADURA 1964-1985

Questões do pré-1964

Enquanto o governo do presidente João Goulart foi uma forma de “coalisão momentânea do voto conservador com segmentos do voto popular sensíveis ao apelo populista de suas propostas” (Abreu, 1990 p.198), o golpe de 1964 reuniu diversos setores da população, por meio da incitação ao medo e ao ódio aos ideais socialistas, que ganhavam espaço político nacionalmente, em especial nas lutas pela reforma agrária; e, internacionalmente, com a Guerra Fria e a ascensão do governo revolucionário socialista em Cuba, em 1959 (Moraes, 1989).

O governo Goulart ganhou apelo popular em suas propostas de reforma de base, que não podem ser classificadas apenas de populistas, mas essenciais para cumprir o papel de reorganizar as instituições brasileiras com a finalidade de promover mudanças exigidas pela própria acumulação capitalista. Essas reformas vinham acontecendo desde o período da revolução de 1930 (Oliveira, 1972) para dar legitimidade à própria formação de um Estado capitalista consolidado.

A questão é que o Estado brasileiro estava apenas cumprindo o processo da própria fomentação do capitalismo brasileiro. O apelo popular que conquistou o governo Goulart se deve às medidas reivindicadas há anos pelos movimentos sociais, em especial no que tange às reformas de base (previstas no Plano Trienal), principalmente a reforma agrária (Moraes, 1989).

Internacionalmente, em conjuntura de Guerra Fria, com as consequências da Revolução Cubana; entidades, partidos e grupos políticos brasileiros começam a ganhar força nas disputas sociais e sindicais e realizar pressões embasadas nas conquistas revolucionárias cubanas. Moraes (1989) destaca o importante papel da revolução cubana de 1959 para os movimentos sociais brasileiros nas lutas por maior equidade, principalmente na questão da distribuição de terras.

Com receio das conquistas revolucionárias, o apoio dos Estados Unidos ao golpe era iminente. Documentos da Comissão Nacional da Verdade apontam ligação dos EUA militarmente com as ditaduras dos seguintes países da América Latina: Argentina, Brasil, Chile, Bolívia, Paraguai e Uruguai, na conhecida Operação Condor, por exemplo, que buscava caçar os comunistas nesses países (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

A Crise e o PAEG

O Plano Trienal, apresentado no governo Goulart, mostrou-se um grande fracasso na maioria de suas pautas. A ideia central era de estabilização monetária mediante a “correção de preços defasados, redução do déficit público e controle da expansão do crédito ao setor privado” (Abreu, 1990 p. 206). A meta inflacionária era de 25% para 1962 e 10% para 1963, com crescimento de 7% anual do produto.

A inflação manteve-se em alta, como aponta Abreu (1990), a indústria por atacado teve aumento de 20% em janeiro, e 11% em fevereiro, logo após o anúncio do plano. Os aumentos dos preços do trigo e derivados do petróleo vieram em seguida com 70 e 100%, respectivamente. Havia um medo do controle de preços por parte dos capitalistas brasileiros. O PIB teve a maior queda de taxa de crescimento desde o início da Segunda Guerra Mundial: foi de “6,6% em 1962 para 0,6% em 1963” (Abreu, 1990 p. 208).

Diante da crise e de uma postura de conciliação, entre a classe trabalhadora e os capitalistas, o governo Goulart começa a perder apoio tanto dos setores conservadores quanto dos setores populares. Sua política econômica e a crise gerada por ela em conjunto com as medidas de reforma de base não agradariam nenhuma das partes. Moraes (1989) destaca a queda do poder político do governo, antes do golpe já não havia governabilidade. Ainda aponta Abreu (1990, p.210): “Tornou-se explícita a polarização da disputa pelo poder entre as massas urbanas mobilizadas pelo populismo e as antigas estruturas de poder”.

Em 1.º de abril de 1964 tem “início a rebelião militar com amplo apoio do empresariado, da classe média e respaldo ou omissão da maioria parlamentar” (Abreu, 1990 p.211). Os militares assumem o poder com a necessidade de estabilizar a economia, via controle da inflação, e aumentar o crescimento do PIB.

O primeiro plano econômico da Ditadura, o *Programa de Ação Econômica do Governo* (PAEG), aparece sete meses depois do golpe, elaborado pelo recém-criado Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica (Resende, 1990). O PAEG teria entre seus objetivos:

“(i) acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico interrompido no biênio 1962/63; (ii) conter, progressivamente, o processo inflacionário, durante 1964 e 1965, objetivando um razoável equilíbrio de preços a partir de 1966 (iii) atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, assim como tensões criadas pelos desequilíbrios sociais, mediante melhora das condições de vida; (iv) assegurar [...] oportunidade de emprego produtivo à mão-de-obra [...] (v) corrigir a tendência à déficits descontrolados[...].” (Resende, 1990 p. 214).

Financeiramente, a consecução desses objetivos ocorreu por meio da redução do déficit público, política de aumento da tributação, política monetária procurando estabilização de preços, política bancária ajustada ao combate à inflação e ao estímulo ao crescimento e política de investimentos públicos orientada para o fortalecimento da infraestrutura. O destaque às políticas internacionais está na consolidação da dívida externa e no estímulo à entrada de capitais estrangeiros (Resende, 1990).

Por fim, Resende (1990, p.215) destaca, entre os objetivos do programa, uma política salarial que: “assegurasse participação dos trabalhadores nos

benefícios do desenvolvimento econômico”, mas sem perder de vista o combate à inflação. Três pontos básicos são destacados pelo autor: participação dos assalariados no produto, impedir reajustamentos salariais desordenados e corrigir distorções salariais no serviço público. O centro dos objetivos estava no controle inflacionário, na estabilidade econômica. A ideia era criar um ambiente propício ao investimento, principalmente em aliança ao capital estrangeiro. A classe trabalhadora estava em primeiro plano na produção e em segundo plano na apropriação da renda desse crescimento.

Apesar de o PAEG prever a participação nos benefícios por parte da classe trabalhadora, essa de fato não logrou acréscimos de renda com relação àquilo que foi produzido. Resende (1990) mostra que a política salarial foi imposta pelo Estado, uma vez que a repressão impedia a atuação sindical e minava o poder de barganha dos sindicatos. “O poder de barganha dos sindicatos tornou-se praticamente nulo” (Ibid., p. 217).

Essa política do Estado teve como consequências a queda do salário mínimo real. A proposta não era corrigir os salários com o pico do período anterior, mas recompor o salário real médio dos últimos 24 meses. O impacto foi de redução do salário real mínimo em março de 1965 em 18% com relação a fevereiro de 1964. Ainda deveriam entrar no cálculo do reajuste do salário mínimo uma taxa de produtividade e metade da inflação programada pelo governo para o ano seguinte, o resíduo inflacionário (Resende, 1990). Como o resíduo inflacionário era consistentemente inferior à inflação efetiva, a queda do salário mínimo médio era assegurada. Seguiu-se uma queda de 7% em 1965 e mais 7% em 1966, as quedas continuaram, posteriormente, em ritmo desacelerado.

O “Milagre” Econômico e a Crise dos anos 1980

A política econômica adotada até 1966 revelou resultados ainda não satisfatórios no controle inflacionário. O problema era entender as causas da falta de estabilidade nos preços que acarretava a estagnação econômica. Havia a necessidade do controle da demanda e, para isso, as políticas de contenção de gastos públicos e de salários eram pauta central dos planos adotados até então. O

diagnóstico econômico de 1967 apontava para uma “crise de estabilização promovida pela administração anterior” (Lago, 1990, p. 234). O planejamento adotado mantém-se bastante semelhante ao anterior: era necessário controlar a inflação e a busca do crescimento econômico. Entre as medidas elaboradas para atingir esses objetivos estão: “[...] aumento do investimento em setores diversificados; diminuição do papel do setor público e o estímulo a um maior crescimento do setor privado. Incentivo à expansão do comércio exterior [...]” (Ibid., p. 235).

Em 1967, então, é adotado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), cujas características fundamentais eram acelerar o crescimento e conter a inflação primeiramente por meio da melhor utilização da capacidade existente; posteriormente, melhoria da qualidade e da quantidade, pela intensificação do investimento nos setores prioritários. A ideia era atingir o crescimento do produto nacional a 6% pela elevação da taxa de investimento a 20% do produto. O foco desse investimento seria na infraestrutura (energia, transporte e comunicação), siderurgia, mineração, habitação, saúde, educação e agricultura (Lago, 1990). O sucesso do PED em relação às suas metas é notável. A taxa de crescimento, que havia caído de 6,7% em 1966 para 4,2% em 1967, volta a subir em 1968 para 9,8%. Esse crescimento seria mantido durante todo o período de execução do PED.

Em 1972 surge o Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). A execução desse plano mostra um elevado estímulo à demanda mediante a facilitação do crédito, que fora expandido tanto para o consumo quanto para os investimentos agrícolas. Além disso, a política cambial favorecia o investimento e empréstimo estrangeiro (Lago, 1990). Outro ponto notável é o aumento do déficit público financiado por títulos públicos, e o investimento na construção de infraestrutura e aumento considerável do empréstimo das empresas Estatais ao exterior eram realizados e incentivados pelo Estado brasileiro.

O Crescimento econômico médio do período 1968-1973 atingiu 11,2%, chegou a 14% em 1973; reverteu-se a tendência de queda e acentuou-se brutalmente o crescimento do PIB. A indústria de transformação cresceu 13,3% em média com 16,6% em 1973; na de construção, a taxa média foi de 15% (forte absorvedora de mão de obra). O principal

crescimento deve-se à utilização da capacidade ociosa, de 76% em 1967 para 93% em 1971 (Lago, 1990).

O pós-1964 levou o Estado a intervir continuamente nos sindicatos e nas relações trabalhistas. O direito de greve fora restringido consideravelmente e, para tornar-se legal, os entraves burocráticos inviabilizavam as greves. Os salários também passam a depender não mais da ação sindical e das lutas reivindicatórias, mas da aprovação do Estado. A nova política salarial impunha uma média aritmética dos últimos 24 meses para a correção, impedindo que os salários fossem reajustados pelo pico, como anteriormente; isso gerava a subestimação dos salários. Essa política fora alterada em 1967 para tentar corrigir essas subestimações, no entanto, em 1970, o Estado passaria a intervir permanentemente nos salários (Lago, 1990).

O quadro de crescimento irrestrito começa a se inverter posteriormente a 1974. As taxas de crescimento continuaram altas, mas com uma tendência de declínio. Carneiro (1990) qualifica que isso se deve principalmente ao fato de que o governo não avaliou a conjuntura de crise internacional, devido aos choques do petróleo, e continuou expandido o consumo. No entanto, o consumo não poderia ser reduzido ao custo de reduzir drasticamente o apoio popular. Os militares tentaram realizar uma manutenção do poder político por meio da governabilidade. Havia necessidade de manter o consumo mesmo que isso significasse aumento da dívida pública e do saldo negativo na balança de pagamentos (uma vez que, com a crise internacional, as exportações caíram e as importações aumentaram).

A dívida pública subiu 20 bilhões de dólares entre 1974 e 1979, para manter esse nível de crescimento. O país, que pagava US\$ 500 milhões, passou a pagar US\$ 2,7 bilhões em juros da dívida (Carneiro, 1990). O governo continuou incentivando a indústria mediante redução de impostos e mantendo a política de substituição de importações, financiados com o déficit do Estado.

A partir de 1980, manter as taxas de crescimento torna-se insustentável. As políticas de déficit público levaram a uma ilusão de crescimento. Começavam a ser cobrados do Estado brasileiro os empréstimos. A Ditadura Militar perdeu apoio empresarial, sem o crescimento econômico, e

sucumbiu a um processo de transição democrática diante da pressão popular.

Análise de dados PIB e concentração de renda

Após os apontamentos históricos e, entendendo as prioridades tomadas a partir de 1964 no que tange às questões econômicas, podemos agora analisar os resultados mais diretos e encontrar os setores sociais que acumularam a maior parte dos benefícios gerados pelo crescimento econômico. O primeiro ponto a se atentar é o crescimento do PIB, enquanto variável importante para o crescimento econômico, permite concluir que há um aumento dos recursos disponíveis, em outras palavras, ocorre a teoria do crescimento do bolo (Oliveira, 1972 p. 9). Sen (2000) reconhece que a taxa de variação do PIB é um indicador importante do desenvolvimento econômico, mas ainda insuficiente para analisar sequer o processo de crescimento. O PIB *per capita* torna-se um indicador mais fiel, pois exclui a possibilidade de contabilizar o crescimento apenas pelo aumento do número de indivíduos produtivos, ou seja, exclui o aumento da população.

Tabela 1 – PIB *per capita* Brasil – 1960-1990

Ano	PIB <i>per capita</i> em US\$	Taxa de variação em relação ao período anterior
1960	209,2	-
1965	259,0	23,80%
1970	441,0	70,27%
1975	1140,9	159,71%
1980	1923,3	68,58%
1985	1560,5	-18,86%
1990	3071,0	96,80%

Fonte: Elaboração dos autores, com dados do *World Bank* (2012).

A tabela 1 mostra o crescimento econômico brasileiro no período da Ditadura Militar: o PIB *per capita* mais que dobra entre 1970/1975, em grande parte, graças ao período do Milagre Econômico. Comparando os dados de 1960 e 1980, antes da crise do período militar, vemos um aumento de quase dez vezes no PIB *per capita*, o que demonstra que as taxas de crescimento do PIB foram reais e significativas e não apenas em razão do crescimento populacional.

A discussão nesse ponto passa a ser de que forma esse crescimento foi distribuído. É preciso analisar se há no período um desenvolvimento real, sólido, que beneficiou os indivíduos, ou se se trata apenas de um crescimento econômico fortemente concentrado que privilegiou unicamente setores sociais, das elites econômicas, e excluiu a classe trabalhadora em massa. Os dados apontam para uma forte concentração de renda que se intensificou durante o período da Ditadura Militar, e ainda mais pós-década de 1980.

O que podemos observar da tabela 2 é um processo com níveis elevados de concentração, no qual um décimo da população tem acesso a quase metade de toda a renda produzida. O significativo aumento do PIB observado no período, com taxa média de 11,2% entre 1968/1973, não resultou em um aumento em termos relativos na qualidade de vida da população. A própria renda, um dos indicadores de qualidade de vida, tornou-se ainda mais concentrada, com o um décimo mais rico da população, que passou de 39,66% em 1960 para 46,47% em 1970, atingindo picos maiores pós-crise do Estado Militar nos anos 1980/1990. Isso resultou em uma exclusão de parte significativa da população do acesso a bens e serviços.

Tabela 2 – Percentual da renda total apropriada por décimo da distribuição da população economicamente ativa com renda positiva (dos mais pobres aos mais ricos)

Décimos da população	Anos			
	1960	1970	1980	1990
Primeiro (mais pobre)	1,17	1,16	1,18	0,81
Segundo	2,32	2,05	2,03	1,8
Terceiro	3,42	3,0	2,95	2,2
Quarto	4,65	3,81	3,57	3,04
Quinto	6,15	5,02	4,41	4,06
Sexto	7,66	6,17	5,58	5,47
Sétimo	9,41	7,21	7,17	7,35
Oitavo	10,85	9,95	9,88	10,32
Nono	14,69	15,15	15,36	16,27
Décimo (mais rico)	39,66	46,47	47,89	48,69

Fonte: Elaboração dos autores, com base em Barros; Mendonça (1992).

Os índices são ainda mais concentrados quando agregamos os setores mais baixos e separamos os décimos superiores (Oliveira, 1972). Enquanto os 40% inferiores apropriavam 11,20% da renda em 1960, esse número cai para 9,05% em 1970. Oliveira (1972, p. 67) aponta ainda: “A primeira

observação mostra que o grau de concentração na cúpula aumentou: o 1% superior em 1960 se apropriava de 11,72% da renda total, em 1970 essa porcentagem aumenta para 17,77% [...]”. Segundo Langoni (1973), o índice de Gini, que mede a desigualdade, era de 0,50 em 1960 e foi para 0,625 em 1977 (Ipea, 2016).

O salário mínimo também foi afetado com a ideia de reduzir a demanda para controlar a inflação e gerar um ambiente de estabilidade econômica, o que significou queda do salário mínimo nesse período. O salário mínimo caiu, em termos reais, 44,30% entre 1960 e 1976 (BRASIL, 1960; 1976). Os aumentos do produto da época do “Milagre” não acompanharam, relativamente, com aumentos salariais: somente em 1973 o salário mínimo ultrapassou aqueles observados em 1964.

Desenvolvimento e igualdade

A ideia mais difundida na literatura econômica, neoclássica, trata o desenvolvimento econômico como crescimento do produto, em especial separando do produto por indivíduo da população, ou seja, PIB per capita. O centro desse pensamento é particularmente a eficiência, a alocação ótima de recursos para expandir a produção de bens e de serviços; dados agentes racionais, individualistas preocupados apenas em atender seus próprios interesses (Todaro; Smith, 2009):

“Em termos estritamente econômicos, desenvolvimento significou tradicionalmente a capacidade de uma economia nacional, cuja condição econômica inicial foi mais ou menos estática por muito tempo, de gerar e sustentar um aumento anual de sua Renda Nacional Bruta (RNB) a taxas de 5% a 7% ou mais” (Todaro; Smith, 2009, p. 14 – tradução nossa).

A preocupação geral dos economistas neoclássicos está unicamente nas formas de manter o PIB e sua versão per capita com taxas de crescimento acelerado, sem desprezar os erros gerados que um alto crescimento populacional poderia provocar no PIB (Todaro; Smith, 2009). A visão de desenvolvimento econômico da escola neoclássica está fortemente ancorada na ideia de crescimento do produto agregado, especialmente do PIB, como principal indicador de progresso. Para essa corrente, o desenvolvimento ocorre quando há

acúmulo de capital, progresso tecnológico e aumento da produtividade, tudo isso impulsionado por mercados eficientes, livre concorrência e políticas macroeconômicas estáveis. O modelo de Solow, por exemplo, expressa essa lógica ao associar crescimento a variáveis como poupança, investimento e crescimento populacional. A distribuição de renda tende a ser considerada uma consequência natural do processo de crescimento, e não um objetivo central das políticas econômicas. Assim, aspectos sociais como desigualdade, pobreza ou liberdade individual são vistos como secundários ou externos ao modelo.

Bresser-Pereira (2006, p. 203) invoca as ideias da economia tradicional e aponta: “O desenvolvimento é um processo histórico de acumulação de capital e de aumento da produtividade que leva ao crescimento sustentado da renda por habitante e à melhoria dos padrões de vida da população dos países”. Reconhece-se que é um processo que apenas visa à melhoria do padrão médio de vida de determinada população e que uma parcela vai estar excluída dessa melhoria.

Dessa forma, a ideia de desenvolvimento estaria não relacionada à melhoria da distribuição de renda, mas ao fato de que o aumento da renda beneficiaria também os setores mais pobres da população. Na abordagem, Bresser-Pereira (2006) reconhece que o desenvolvimento, em certos períodos, é concentrador de renda, entretanto, continuaria implicando aumento dos padrões médios de vida.

Nessas considerações de Bresser-Pereira, há uma aproximação com a ideia de desenvolvimento utilizada pela economia tradicional. A resolução de partir do crescimento econômico como fim em si mesmo, isto é, busca apenas o crescimento da renda ou do produto e reconhece nisso o aumento dos padrões de vida dos países pobres. Essa é a categoria central do pensamento no modelo de Solow-Swan (Romer, 2012) e base para escola de pensamento neoclássica.

Sen (1983) analisa que o desenvolvimento não pode ser caracterizado apenas pelo crescimento do produto (ou do produto per capita). O aumento dos laços comerciais e de comunicações por um lado e as notáveis privações, miséria e opressão, em forma de persistência da pobreza e necessidades básicas humanas insatisfeitas, compõem as contradições que são seu ponto de partida analítico quando faz o

esforço para pensar a que ou a quem deve servir o desenvolvimento.

A preocupação passa a ser a finalidade do desenvolvimento, passo importante dado no rompimento com a lógica do crescimento do PIB como fim em si mesmo em direção ao ser social que se beneficiará desse desenvolvimento. Sen (1993) argumenta que a finalidade do desenvolvimento deve ser o humano, enquanto indivíduo, e o atendimento de necessidades que gerem ou possibilitem realizar a liberdade e a expansão das capacitações.

Algumas condições humanas são necessárias e fundamentais para atingir essas questões. Alimentação, educação, saúde, moradia são alguns pontos levantados por Sen (2000) para a realização do desenvolvimento, nos termos de liberdade e expansão das capacitações. Não são estas vistas como necessidades mecânicas, mas como relações entre os agentes. Em outras palavras, não é apenas a relação entre a produção do alimento, por exemplo, mas a forma e a relação do consumo final efetiva, se estão sendo realizados adequadamente.

A crítica de Oliveira (1972) reside em questionar a quem serve o desenvolvimento do capitalismo. A ideia é discutir se o caráter das variáveis econômicas apontadas como índices de desenvolvimento realmente é crível ou se parte dos interesses das diferentes classes sociais. Em sua crítica verifica-se a seguinte contradição:

“Assim, boa parte da intelectualidade latino-americana nas últimas décadas dilacerou-se nas pontas do dilema: enquanto denunciavam as miseráveis condições de vida de grande parte da população latino-americana, seus esquemas teóricos e analíticos prendiam-nos às discussões em torno da relação produto-capital, propensão para poupar ou tamanho do mercado, levando-os, sem se darem conta, a construir o estranho mundo da dualidade e a desembocarem, contragosto, na ideologia do círculo vicioso da pobreza” (Oliveira, 1972, p. 10).

A razão desse caminho adotado pelos autores está em um “suposto rigor teórico das análises com a consciência moral, levando a proposições reformistas” (Oliveira, 1972, p. 11). Nesse ponto, algumas críticas são possíveis às ponderações explicitadas por Sen (2000) e às teorias de desenvolvimento. Em primeiro lugar, é preciso entender “o subdesenvolvimento não é uma fase

histórica, mas intrínseca ao capitalismo” (Oliveira, 1972, p. 12). A partir da centralização da economia e da divisão internacional do trabalho, o capital concentra-se e forma blocos de monopólios, então, os países assumem um papel político e econômico dentro dessa relação.

A pergunta de “a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?” (Oliveira, 1972 p. 13) surge como categoria base e enfrenta os estereótipos fundados pelos debates sobre o que é desenvolvimento. Ideias que surgem nesses autores que discutem desenvolvimento e crescimento da América Latina são tratadas como “[...] integração nacional, planejamento, interesse nacional, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do desenvolvimentismo que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes[...]” (Oliveira, 1972 p. 13). Esse seria o problema tanto dos autores neoclássicos da economia quanto de Sen (2000) e de Bresser-Pereira (2006): é abstrair a população das classes que as dividem, e perder de vista essa caracterização no trato do desenvolvimento econômico.

Desenvolvimento ou crescimento econômico na Ditadura Militar?

No período da Ditadura Militar, dois pontos são atingidos para refletir sobre o desenvolvimento econômico: a) o crescimento do PIB, e, principalmente, do PIB per capita; b) a concentração de renda e redução da igualdade distributiva desse produto. O que podemos concluir, a partir dos dados, da análise histórica e dos conceitos de desenvolvimento, é que o crescimento elevado do PIB per capita a taxas elevadas, bem acima da média que o Brasil apresentava anteriormente, principalmente no período do Milagre Econômico, caracterizam o desenvolvimento econômico do ponto de vista mecânico da economia tradicional ou dos neoclássicos. Em outras palavras, houve o crescimento do produto acima do crescimento populacional, entretanto, outros indicadores sociais e de renda foram negligenciados.

Bresser-Pereira (2006), apesar de conferir seus pontos apenas à democracia, também se aproxima dessa visão, uma vez que os interesses “da nação” voltados à estabilidade e ao crescimento estavam assegurados. A defesa de analisar apenas os pontos de crescimento do PIB per capita esquecendo fatores como a distribuição de renda apontam, nesse

caso, para o desenvolvimento econômico na perspectiva do autor. Bresser-Pereira reconhece os avanços econômicos significativos do período, mas traz interpretações de limitações estruturais e sociais no processo. Houve industrialização, planejamento econômico e fortalecimento das instituições do Estado, mas à custa do aumento dos empréstimos externos, concentração de renda e aumento da desigualdade social, e autoritarismo.

Os pontos que o Estado deve atingir são “primeiro a busca da ordem ou segurança, em seguida o da liberdade, em terceiro lugar o do desenvolvimento econômico, e finalmente o da justiça social” (Bresser 2006 p. 210). O Estado brasileiro não logrou a liberdade ou a justiça social, mas atinge com certo êxito o crescimento econômico cumprindo sua função institucional burguesa principal.

Sen (2000) elabora a questão melhor quando rompe com a ideia do desenvolvimento pelo desenvolvimento. O seu foco no humano, indivíduo, e em suas liberdades e capacitações, denota um conceito de desenvolvimento mais universal, o que nos permite romper com as ideias de que houve um “milagre” e que a Ditadura Militar foi marcada por grande desenvolvimento econômico, uma vez que as liberdades estavam cerceadas e a economia concentrada apenas a atender às demandas do próprio crescimento.

O problema dessa abordagem é a abstração das classes sociais. Esse problema é mostrado de outra forma apenas na abordagem de Oliveira (1972) que, além de romper com as ideias da economia tradicional, rompe também com as ideias universalistas de reformistas e desenvolvimentistas. Considerar isso permite entender que a ideia de “desenvolvimento” na Ditadura Militar e do Milagre Econômico servira apenas para enriquecer e concentrar mais a renda nos setores mais abastados da sociedade. O desenvolvimentismo caracterizou-se como ideologia, e conjuntamente com a luta política contra os ideais socialistas, legitimou esse processo.

Assim, para Francisco de Oliveira, e para a abordagem marxista em geral, o crescimento econômico na ditadura não o caracteriza como desenvolvimento; ao mesmo tempo, o próprio conceito de desenvolvimento econômico como objetivo nacional oculta as contraditórias disputas de classe, exploração do trabalho e acumulação de

capital. Em outras palavras, enquanto nas abordagens reformistas não é possível falar em desenvolvimento na ditadura, mas sim em crescimento, na abordagem marxista, esse processo de crescimento é marcado pela modernização econômica (industrial, urbanizada e de integração de mercados), que reforça desigualdades e produz a própria exclusão social. Ou seja, não há ruptura estrutural, há uma convivência contraditória entre as estruturas arcaicas com o capital modernizante. Isso caracteriza o “desenvolvimento econômico” brasileiro da época da ditadura, ou seja, uma modernização excludente.

CONCLUSÃO

Entendemos que crescimento é diferente de desenvolvimento. Portanto o aumento do PIB *per capita* não pode ser considerado como fim. As críticas defendidas por Amartya Sen ao problema de observar somente o produto como fator central de desenvolvimento são válidas para a compreensão de como o desenvolvimento precisa ser absorvido pelos indivíduos que compõem a sociedade.

Quando consideramos essas críticas, no entanto, sem levantarmos as propostas da sociedade de classes, como aponta Francisco de Oliveira, não atingimos a raiz da questão. Não é possível compreender quais setores sociais absorveram os benefícios gerados pelo aumento do produto. A história econômica brasileira esteve muito preocupada em encontrar os pontos de fomentação do desenvolvimento, sem se preocupar tanto com para onde essa nova renda estava fluindo.

A concentração, nesse caso, é um fator determinante na questão do “desenvolvimento brasileiro”, expõe quem está servindo a ideologia de aumentar permanentemente a renda. Nesse ponto, o planejamento estratégico nacional aponta fraquezas teóricas quando tenta criar um elo no conceito de Nação. Não há unidade de classes que dividam um futuro em comum, como propõe Bresser-Pereira, mas um conjunto de contrações de classes que levaram a uma modernização excludente. Esse processo de modernização, principalmente em governos ditatoriais, gerou a concentração de renda. Pelos planejamentos apresentados na Ditadura, o combate à concentração nunca foi prioridade, pelo contrário, a tentativa de conter a inflação, pela contenção da demanda, mostrou-se uma política de acentuação dessa concentração.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de P. (org.) **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1990.

BARROS, R. P. de; MENDONÇA, R. S. P. de. **A evolução do bem-estar e da desigualdade no Brasil desde 1960**. Rio de Janeiro: IPEA, 1992.

BRASIL. Decreto nº 49.119-A, de 19 de outubro de 1960. Altera a tabela do salário mínimo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 20 out. 1960. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-49119-a-15-outubro-1960-388422-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 17 de abril de 2025.

BRASIL. Decreto nº 77.510, de 29 de abril de 1976. Fixa novos níveis de salário-mínimo para todo o território nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 30 abr. 1976. Disponível em: <[BRESSER-PEREIRA, L. C. Estratégia Nacional e Desenvolvimento. **Revista de Economia Política**, v. 26, n.2 \(102\), abr./jun. 2006.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-77510-29-abril-1976-426383-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=Fixa%20novos%20n%C3%ADveis%20de%20sal%C3%A1rio%20m%C3%ADnimo%20para%20todo%20o%20territ%C3%B3rio%20nacional.>>. Acesso em 17 de abril de 2025.</p>
</div>
<div data-bbox=)

CARNEIRO, D. Dias. Crise e Esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. P. (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1990.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Operação Condor**. 2014. Disponível em: <http://www.cnv.gov.br/images/documentos/Capitulo6/Nota%207%20-%2000092_001303_2014_71.pdf> acesso em: 28 de janeiro de 2024.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). **Coefficiente de Gini – Brasil: 1976–2023**. Ipeadata. Disponível em: <<https://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37818>>. Acesso em: 17 abr. 2025.

LANGONI, C. G. **Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil**. Expressão e Cultura, 1973.

LAGO, L. A. Corrêa do. A Retomada do Crescimento e as distorções do “Milagre”: 1967-1973. In: ABREU, M. P. (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1990.

MORAES, Dênis de. **A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. Petrópolis: Editora Vozes, 1972. 87p.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1989.

RESENDE, André Lara. Estabilização e Reforma: 1964-1967. In: ABREU, M. P. (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 1990.

ROMER, D. **Advanced Macroeconomics**. 4th edition. New York: McGraw-Hill Irwin, 2012.

SEN, A. **O desenvolvimento como expansão de capacidades**. Lua Nova: São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, abr. 1993.

SEN, A. **Desarrollo y Libertad**. Buenos Aires: Editorial Planeta Argentina, 2000.

SEN, A. Development: Wich Way Now?. **The Economic Journal**, v. 93: 1983.

TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic Development**. 10th edition. Boston: Pearson Addison Wesley, 2009.

WORLD BANK. **GPD per capita (current US\$)**. 2012. Disponível em: <<http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=2&series=NY.GDP.PCAP.CD&country=>>> acesso em 28 de janeiro de 2024.

Sobre os Autores

Daniel Strauss

Doutor em Economia, com ênfase em Desenvolvimento, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de Economia da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7568-8351>
daniel.strauss@outlook.com.br.

Guilherme Nunes Pires

Doutor em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. Professor de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA).
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7179-0984>
gnpires@hotmail.com.
